Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA)
rohessel@gmail.com

Escolha de Sofia

A decisão do próximo Copom não será fácil, como disse Luis Leal, economista-chefe da G5 Partner, à coluna. "Vai ser um Copom difícil. Por um lado, há a necessidade de reduzir os juros devido às condições econômicas e, principalmente, às creditícias. O endividamento, o comprometimento da renda com serviço da dívida e a inadimplência atingem os níveis mais altos da série histórica. Por outro lado, o mercado está muito sensível e reduziu de forma relevante a expectativa de corte de juros nessa reunião. Portanto, a escolha do BC estará entre afrouxar o torniquete de um paciente que dá sinais de problemas de circulação, e correr o risco de trazer mais volatilidade aos ativos — notadamente o dólar —, ou esperar a poeira abaixar, manter os juros e correr o risco de deixar o torniquete tempo demais", diz. Ele espera que o BC mantenha os juros no patamar atual e aguarde para ver o que acontece até dezembro. "Uma ou duas reuniões de espera vão trazer mais benefícios do que malefícios ao mercados e à economia, do que forçar um queda nesse momento", aconselhou.

Teste da autonomia do BC

A reunião do Copom também será um teste sobre a autonomia do BC, conquistada em 2021. É o que diz Eduardo Velho, economista-chefe da Bravonte Capital. Ele crê que o presidente do BC, Gabriel Galípolo, não poderá ignorar a piora nas expectativas do mercado. E precisará dar sinais de que a autoridade monetária é realmente independente da política. Na avaliação de Velho, um BC mais prudente demanda manutenção da Selic em 13,75% ao ano, "já precificada na curva futura de juros". Além disso, lembrou que a taxa de desemprego reduzida em 5,2% e o aumento da população ocupada "reforçam o espaço para a cautela".

Itaú piora projeções

Abrindo a onda de revisões, o Itaú Unibanco atualizou as projeções macroeconômicas e fez alertas não muito animadores diante do aumento das incertezas após as eleições. Além de reduzir de 1,7% para 1,6% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano — e cortar de 1,2% para 0,5% a estimativa de alta em 2027 —, o banco reforçou a necessidade de um corte de 4% do PIB (R$ 520 bilhões), "centrado no controle das despesas", para estabilizar a trajetória de crescimento da dívida pública. Ainda defendeu uma "âncora fiscal crível" para permitir a redução estrutural dos juros reais. Com a piora do cenário, prevê a Selic em 13,75%, na próxima reunião do Copom e ao longo de 2027. Antes, a previsão era de queda para 12,50% anuais até dezembro do ano que vem.

Primeiro Copom após as eleições no centro das atenções

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não dá sinais de que cumprirá a promessa de fazer um governo "diferente", o mercado financeiro ficará atento ao sinais do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central, na penúltima reunião do ano, entre 3 e 4 de novembro. Será o primeiro Copom após as eleições. As apostas de manutenção da taxa básica da economia (Selic), atualmente em 13,75% ao ano, aumentaram e é praticamente um consenso, diante da piora das expectativas para a economia. Se houver essa confirmação, será o fim do ciclo de corte gradual dos juros, iniciado em março. Um dos motivos é a piora do cenário, especialmente para a inflação com a disparada do dólar após o resultado do segundo turno. A moeda norte-americana encerrou a semana em R$ 5,44, alta acumulada 9,04% — a maior desde a crise financeira global, em outubro de 2008.

A piora das expectativas do mercado para juros futuros segue em escalada. No câmbio, o novo patamar do dólar, de R$ 5,40 para este ano, e de R$ 5,60 em 2027, conforme projeções atualizadas do Itaú Unibanco, por exemplo. Para a inflação, há projeções acima de 5%, neste ano, e no próximo. Para 2027, estimam até que pode chegar a 6%.



Sinais trocados do governo

A atual equipe econômica de Lula e os ministros palacianos continuam dando sinais trocados sobre o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal. Enquanto integrantes da Fazenda e do Planejamento sinalizam que pretendem elaborar uma proposta de emenda à Constituição (PEC) de corte de despesas obrigatórias — ainda mal explicada —, os ministros da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, disse que ajuste fiscal "não é prioridade". Já o da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, botou lenha na fogueira ao afirmar que quem defende o ajuste "não entendeu nada do que foi essa eleição". "O tesouraço foi derrotado nas urnas pela mobilização popular", escreveu. Segundo analistas, Boulos e Guimarães ajudaram a colocar o dólar acima de R$ 5,40, que vai pesar na inflação.

O otimista e o cético

Apesar do pessimismo do mercado, o economista e professor do Insper Sergio Firpo está na torcida para que o governo Lula faça um ajuste fiscal no quarto mandato. Ex-secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos do Ministério do Planejamento e Orçamento, Firpo deixou o governo em maio de 2025. Já o economista e ex-diretor do Banco Central Alexandre Schwartsman afirma que o governo Lula 4 não deverá fazer ajuste. Segundo ele, corre o risco de caminhar pelo mesmo caminho do segundo mandato de Dilma Rousseff. "Acho que veremos o aprofundamento da atual desaceleração", alertou.

Perdas de quase R$ 1 trilhão

Em meio a esse cenário incerto, a Bolsa de Valores de São Paulo (B3) desabou 18,12% na semana — o maior tombo desde março de 2020. As empresas listadas na B3 acumularam, desde a vitória de Lula nas urnas, perdas R$ 963 bilhões em valor de mercado, segundo levantamento da Elos Ayta. Esse montante equivale a 1,31 vezes o valor de mercado da Petrobras, atualmente estimado em R$ 734 bilhões.

CONGRESSO

Proteção à mulher no Mercosul

Acordo aprovado pela Câmara permite que medidas protetivas de vítimas de violência sejam reconhecidas em países do bloco

» DANANDRA ROCHA

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), enalteceu, ontem, a aprovação de acordo com o Mercosul que prevê o reconhecimento mútuo de medidas protetivas às mulheres em situação de violência de gênero. Segundo destacou o parlamentar, em vídeo publicado nas redes sociais, a iniciativa busca garantir que vítimas não percam a proteção judicial ao atravessar fronteiras.

Segundo Motta, a medida assegura prioridade no atendimento às vítimas, independentemente de sua situação migratória. Na avaliação dele, a proteção não pode ser interrompida quando uma mulher deixa o território onde conseguiu uma decisão judicial contra o agressor. O acordo prevê instrumentos como a proibição de aproximação, a restrição de contato, a suspensão do porte de armas e o monitoramento eletrônico do agressor.

Ao defender a aprovação, Motta chamou atenção para os índices de violência contra a mulher no Brasil. Ele afirmou que o país encerrou 2025 com uma média de quatro mulheres assassinadas por dia. "É inconcebível que nós permitamos que esses números continuem a acontecer", declarou.

O texto foi aprovado pelo plenário da Câmara na quarta-feira e encaminhado ao Senado no dia seguinte. Um dos principais mecanismos previstos no tratado é a criação da Ordem Mercosul de Proteção (OMP), instrumento que permitirá a transferência dos efeitos de uma medida protetiva concedida pela Justiça de um país para outro integrante do acordo. Na prática, uma brasileira que tenha conseguido uma decisão judicial contra o ex-companheiro poderá solicitar que as restrições impostas ao agressor também sejam reconhecidas caso precise se mudar ou permanecer temporariamente em outro país signatário.

A emissão da ordem deverá ser solicitada pela mulher à autoridade judicial responsável pela medida protetiva original. Depois disso, o documento será encaminhado às autoridades centrais dos países envolvidos, responsáveis pela comunicação e pelo envio da solicitação aos órgãos judiciais competentes. O acordo estabelece que essa comunicação seja feita diretamente, preferencialmente por meios eletrônicos, sem necessidade de recorrer às vias diplomáticas.

O procedimento também busca reduzir a burocracia para as vítimas. De acordo com o tratado, os documentos que acompanham a OMP não precisarão passar por legalização, apostilamento ou outras formalidades semelhantes. A documentação deverá ser acompanhada de tradução para o idioma do país responsável pela execução da medida.

Outro ponto previsto é a possibilidade de a mulher solicitar a emissão da ordem mesmo depois de já ter chegado ao país para o qual se deslocou. Nessa situação, ela poderá procurar a autoridade competente do território onde estiver, que poderá solicitar ao país de origem a emissão do documento.

O tratado estabelece ainda que a proteção poderá contemplar os filhos e dependentes que acompanhem a vítima. Ao analisar o pedido, a autoridade judicial deverá considerar a necessidade de estender as medidas a essas pessoas. A previsão busca evitar que crianças e familiares também fiquem expostos a ameaças ou situações de violência durante o deslocamento da mulher.

Em situações excepcionais, quando houver risco grave, real e iminente à vida ou à integridade física e psicológica da vítima, a autoridade judicial poderá emitir a OMP por iniciativa própria, caso não seja possível obter o consentimento da mulher naquele momento. Nesses casos, deverá procurar notificá-la o mais rapidamente possível.

Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Motta sobre violência contra a mulher: "Inconcebível que permitamos que esses números continuem a acontecer"

Saiba mais

Representação brasileira

A proposta de proteção, no Mercosul, às mulheres vítimas de violência chegou ao Congresso por meio da Mensagem 1.873/2025, encaminhada pelo Executivo em dezembro do ano passado. Na Câmara, o texto foi apresentado como Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 274/2026, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. A relatora em plenário, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), recomendou a aprovação do acordo, que recebeu aval dos deputados em votação de turno único.

O acordo também determina que o país responsável pelo cumprimento da ordem adote as medidas necessárias com prioridade, levando em consideração a urgência do caso e até mesmo a data prevista para a chegada da mulher ao território. A assistência jurídica gratuita deverá ser garantida quando solicitada pela vítima.

A segurança e o sigilo das informações também estão entre as garantias previstas. O tratado determina que o agressor seja informado sobre as restrições impostas e as consequências jurídicas de eventual descumprimento, mas não tenha acesso à localização da mulher, salvo quando essa informação for estritamente necessária para a execução da medida e para a proteção de seus direitos.

Caso o agressor descumpra as determinações judiciais, o país responsável pela execução deverá comunicar o ocorrido às autoridades do país que emitiu a ordem. As providências serão adotadas conforme a legislação nacional do território onde a violação acontecer. O texto também permite que a autoridade judicial responsável pela execução prorrogue ou modifique a ordem, caso a vítima solicite a alteração diante do agravamento ou da continuidade das circunstâncias que motivaram a proteção.

O acordo foi assinado em 20 de julho de 2022, em Assunção, no Paraguai, e envolve sete países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, integrantes do Mercosul, além de Bolívia, Chile e Equador, na condição de associados. Diferentemente do que afirmou Motta ao mencionar a validade das medidas em todos os países do globo, o alcance do tratado é regional e restrito aos países participantes que o ratificarem.

Na pauta, PEC da Segurança

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), pautou a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública para terça-feira.

Prioritário para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) neste fim de ano, o texto amplia as competências da União na área de segurança pública, impõe restrições a integrantes de facções criminosas e permite a criação de polícias municipais. Lula tem afirmado que, após a aprovação da PEC, criará o Ministério da Segurança Pública.

A oposição vem tentando, desde a tramitação na Câmara, embutir na PEC um item prevendo a redução da idade para imputabilidade penal, condição que torna um cidadão passível de punição por um crime — hoje prevista a partir dos 18 anos de idade.

No último dia 15, Alcolumbre retirou a PEC da pauta do Senado. A decisão veio após um impasse na articulação do próprio governo Lula. O Palácio do Planalto vinha negociando uma proposta para tentar anular a iniciativa dos bolsonaristas de reduzir a maioridade penal a até 14 anos, para crimes hediondos — mas os petistas não chegaram a um entendimento sobre a estratégia para reduzir danos.

O receio do governo era que, sem uma alternativa na mesa, a oposição conseguisse aprovar a redução para 14 anos — a medida tem aprovação popular, mas é profundamente malvista pela base de esquerda e por setores religiosos. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu uma nota criticando a negociação para aprovar a medida.